

## A Constituinte volta ao início

ANC

André Gustavo Stumpf

**B**rasília — A política brasileira, cuja execução errática nos últimos meses resultou no confuso anteprojeto de Constituição, ganhou um novo ingrediente: amanhã os presidentes do PFL, senador Marco Maciel, e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, vão se reunir para discutir quais são os temas básicos para um entendimento suprapartidário e definir os assuntos que devem ser desclassificados do debate constitucional para a lei ordinária. O objetivo daqueles políticos é revogar integralmente o projeto de Constituição que saiu da Comissão de Sistematização.

A reunião de amanhã tem um significado específico pois os dois maiores partidos do Congresso estão começando a dialogar sobre o tema mais importante do momento, que é a elaboração da nova Carta constitucional. A tentativa de fazer uma versão brasileira do famoso Pacto de Moncloa, realizado na Espanha, vem encontrando adeptos em diversos recantos da política. O senador Marco Maciel conversou nas últimas semanas com os presidentes dos doze partidos que possuem representação no Congresso Nacional insistindo na necessidade de um acordo político para garantir a transição democrática.

Suas conversas não foram fáceis. O PC do B, por exemplo, refugou o entendimento por entender que o senador pernambucano é um agente do presidente da República e aquele partido não pretende fazer qualquer acordo com o governo. Com o Sr. Luís Inácio Lula da Silva, a reunião girou em torno da necessidade de elevar salários e garantir expansão de empregos. O encontro com o Sr. Leonel Brizola teve um conteúdo especial porque o ex-governador do Rio de Janeiro só admitia debater qualquer tipo de pacto, se, preliminarmente, houvesse a fixação da data da eleição presidencial.

Maciel e Brizola se encontraram no Rio no dia seguinte ao quebra-quebra que tumultuou a cidade. Apesar do momento ruim, Maciel fez uma longa exposição à Executiva do PDT e tocou no ponto sensível: se não houver uma união de esforços das principais lideranças políticas, a Constituinte vai instituir o regime parlamentarista no Brasil. Os deputados Vivaldo Barbosa e Roberto D'Ávila concordaram e deram de viva voz depoimentos no sentido de que há, na Assembléia Constituinte, um sentimento majoritariamente favorável à adoção do regime parlamentar no país.

Este argumento, que é verdadeiro, levou o Sr. Leonel Brizola a admitir a conversa e a perceber a necessidade do pacto político para garantir que a transição se processe dentro do regime presidencialista. Na semana passada, chegou ao presidente do PFL um roteiro de temas, oferecidos pelo PDT, à guisa de proposta para o entendimento possível. Os três encontros dos Srs. Ulysses Guimarães e Marco Maciel nas últimas duas semanas tiveram como antecedente este roteiro de conversas, do qual, aliás, o presidente José Sarney está informado de cada detalhe. Também o senador Afonso Arinos, presidente da Comissão de Sistematização, teve notícia do esforço para modificar totalmente o anteprojeto Bernardo Cabral.

Na última reunião entre Marco Maciel e Ulysses Guimarães a conversa evoluiu no sentido de que dois novos textos serão elaborados para revogar o atual anteprojeto. O deputado Ulysses Guimarães solicitou ao relator, Bernardo Cabral que ele mesmo apresente os substitutivos. O trabalho que está sendo realizado por deputados e senadores de diversos partidos (os senadores Maurício Correia, do PDT, José Richa, do PMDB, Virgílio Távora, do PDS, e os deputados Lúcio Alcântara, do PFL, Euclides Scalco, do PMDB, entre outros, têm trabalhado na redação de um texto curto e objetivo) deverá ser aproveitado como importante subsídio. As conversas informais entre políticos de posições diferentes, dentro do Congresso, demonstram que o entendimento é possível.

A idéia que tem presidido os esforços dos Srs. Marco Maciel e Ulysses Guimarães é a de um acordo básico de poucos itens: regime de governo, com inclinação para o presidencialismo, liberdade de organização partidária e sindical, reforma agrária e definição do conceito de empresa nacional. Havendo concordância sobre estes temas, o trabalho dos políticos vai se concentrar na desclassificação de assuntos hoje tratados na Constituinte. Assim, as decisões sobre estabilidade no emprego, reserva de mercado e a política mineral seriam objeto de debate posterior no momento da votação da lei ordinária específica.

O encontro dos Srs. Marco Maciel e Ulysses Guimarães, nesta terça-feira, é o primeiro passo no caminho do entendimento. O presidente do PMDB entende ser necessário, preliminarmente, que os dois parceiros da Aliança Democrática se coloquem de acordo sobre os temas básicos. Em seguida, os demais partidos serão convidados a integrar este pacto que visa garantir a transição e busca a elaboração de uma Constituição adequada, enxuta e moderna. A extensão do mandato do presidente José Sarney não será assunto de discussão partidária. É tema para ser decidido pelo plenário da Constituinte e destinado a integrar as disposições transitórias no novo texto constitucional.